

Capítulo 5

AS EXPERIÊNCIAS DO PATAC E DA AS-PTA: Um serviço de assessoria técnica e social

5.1 - Introdução

Neste Capítulo 5 serão expostas as experiências do PATAC e da AS-PTA. Inicialmente, imaginava encontrar duas experiências diferentes, mas durante a pesquisa descobri que são semelhantes. Porque na origem elas tinham propósitos totalmente diferentes e atuaram em regiões distintas: a AS-PTA na região do Brejo e o PATAC na região do Cariri, cada uma com características físicas e sócio-econômicas específicas.

A pesquisa mostrará que essa concordância nos princípios e estratégias pode ser explicada pelo fato que as duas ONG's delas realizam diversas atividades juntas; ademais elas fazem parte da Articulação do Semi-Árido da Paraíba — ASA/PB, onde são discutidas, e realizadas ações em forma de parceria. Outro fato interessante observado foi que existe uma grande proximidade entre os técnicos e, por isso, há uma maior flexibilidade nas relações estabelecidas, facilitando a troca de experiências. Verificou-se também que existem muitos momentos de integração entre as pessoas dessas ONG's, um fortalecimento dentro da ASA-PB, e que se realizam programas de capacitação envolvendo as duas equipes técnicas. Entretanto, cada uma delas apresenta total autonomia e independência em relação às questões institucionais, embora suas formas de trabalhos sejam semelhantes, cada um delas possui seu projeto institucional, seu próprio planejamento e avaliação caracterizando-se como organizações distintas.

Será apresentado, inicialmente, um breve histórico mostrando que cada uma dessas duas ONG's teve uma origem diferente e, com o passar do tempo, seus princípios e suas estratégias foram sendo construídas de forma a buscar uma maior integração com as lógicas e os interesses dos agricultores familiares, de modo que as estruturas de organização e estratégias de trabalho foram sendo definidas em função de um processo de aprendizagem

coletiva entre os técnicos e os agricultores. Como será mostrado, os erros iniciais foram importantes e acabaram sendo transformados em aprendizagem constituindo-se nos princípios dessas organizações.

Mostrarei que as metodologias empregadas pelas duas ONG's procuram estimular os agricultores a formularem e executarem seus próprios projetos de desenvolvimento. Para tanto, elas utilizam um conjunto de metodologias participativas em diversas etapas de sua intervenção, desde os diagnósticos iniciais das comunidades até as próprias atividades a serem realizadas juntamente entre técnicos e agricultores. Demonstrei que os trabalhos desenvolvidos, utilizando as abordagens participativas, têm também o objetivo do fortalecimento dos agricultores familiares e de suas organizações, no sentido de impulsionarem ações em prol do seu próprio desenvolvimento.

Será apresentada a estratégia metodológica utilizada pelas duas entidades, o produtor sendo um pesquisador e difusor de seus conhecimentos. A construção das soluções técnicas é um processo coletivo. Para realizar as experiências, organizam-se os grupos de agricultores experimentadores que mantêm com apoio de técnicos um processo de intercâmbio, gerando reflexões sobre as práticas e seus resultados. Os agricultores experimentadores se articulam em torno de temas e problemáticas nas quais se identificam com o interesse de participar ou acompanhar as experimentações discutidas pelo grupo. Mostrarei que esta dinâmica vem sendo estruturada com forte interdependência com os processos de diagnóstico, planejamento, avaliação e capacitação²¹.

Um dos maiores desafios das ONG's estudadas tem sido o de trabalhar com os agricultores procurando alterar estas relações autoritárias e criar outras relações mais democráticas e participativas. Evidenciarei que a estratégia desenvolvida tem sido a criação de uma cultura da participação que permita valorizar as experiências e os projetos dos próprios agricultores: não são as técnicas que ocupam o centro das experiências, mas o agricultor, a fim de fortalecer o seu poder e a sua própria capacidade de promover ações de

²¹ Veja o estudo de SIDERSKY, P. R. & SILVEIRA, L. M. da. **Experimentar junto com os agricultores: a experiência da AS-PTA na Paraíba**. Esperança, AS-PTA. 2000. (mimeo)

desenvolvimento. Para tanto, os trabalhos desenvolvidos pelos técnicos das duas ONG's não estão buscando apenas uma abordagem instrumental da participação, onde se utilizam as técnicas e dinâmicas de grupo para facilitar o diálogo, mas objetivam incorporar a participação como princípio e meio para a promoção do desenvolvimento.

Por fim, será mostrado que se trata de um processo altamente complexo, com dificuldades e limitações do uso desses princípios metodológicos participativos, principalmente numa região como a do semi-árido do Nordeste, onde predomina historicamente uma cultura política da dominação e onde se desenvolveram inúmeras ações que levaram à dependência e à subordinação dos agricultores familiares. Apesar disso, verifica-se que as práticas participativas utilizadas pelas duas ONG's estão produzindo resultados importantes e estão sendo construídas alternativas que vão no sentido contrário das tradicionais ações desenvolvidas pelas instituições do Estado, que sempre promoveram ações assistencialistas junto aos agricultores familiares.

5.2 – Origem, estratégias, princípios e área de ação da AS-PTA

A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa — AS-PTA originou-se de um Projeto da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional — FASE, através do Projeto de Tecnologias Alternativas — PTA. Este Projeto foi concebido em 1980/81 e iniciado em 1983. A FASE é uma das mais antigas ONG's brasileiras, fundada em 1962, dedicada à educação popular. O PTA foi implementado como parte da FASE até 1990, mas com grande autonomia em relação à ONG guarda-chuva. Foram montadas sete equipes de campo no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e Paraíba. Esse conjunto tornou-se conhecido como Rede PTA. Em 1989 algumas dessas equipes de campo, juntamente com a antiga coordenação nacional e os serviços de comunicação e difusão que trabalhavam no PTA-

FASE, resolveram ter o seu projeto e abandonaram a ONG guarda-chuva, fundando a AS-PTA²².

A questão colocada nos anos 80 era a da dificuldade de produzir propostas tecnológicas que oferecessem baixos custos, minimizassem os riscos e garantissem aumentos sustentados de produtividade e de produção. Estes novos sistemas de produção, combinados com um esforço comum para enfrentar as condições dos mercados poderiam proporcionar o aumento da renda, a melhoria da alimentação, da segurança alimentar e das condições de vida em geral e seriam capazes de criar esperanças para a população rural. O marco inicial do programa que hoje é adotado pela AS-PTA era, portanto, nitidamente de cunho sócio-econômico e suas implicações ambientais eram pouco percebidas. Foi somente mais tarde durante a implementação do programa que a componente ambiental tornou-se mais clara para definir a busca de novos paradigmas tecnológicos e novos modelos de desenvolvimento.

Segundo ALMEIDA (1999: p.86), no conjunto de suas proposições o Projeto de Tecnologias Alternativas — PTA surgiu criticando e questionando o padrão moderno de agricultura, por ser um modelo que faz pouco uso de mão-de-obra, exige muito capital, é muito dependente das indústrias de insumos agrícolas, da pesquisa, da utilização de variedades híbridas de alto rendimento e que é consumidor excessivo de energia. O PTA questionava também o futuro das formas de organização da produção no meio rural e das relações de produção que acentuam o empobrecimento progressivo de certas camadas rurais, deixando de lado a diversidade das situações existentes no contexto do meio rural.

ALMEIDA (1999: p.86) defende que é assim que avançará um projeto de agricultura que se propõe a ser uma forma de resistência da agricultura familiar; um projeto político negando o domínio do capital e buscando conferir ao agricultor uma maior independência; dando o controle da agricultura aos pequenos agricultores, cujos

²² Somente após uma longa discussão durante o ano de 1990 e uma reflexão crítica do trabalho do PTA, o projeto separa-se da organização-mãe para seguir o seu próprio caminho, assumindo, daí para frente, a denominação de AS-PTA, embora, conservando algumas ligações com a FASE.

estabelecimentos constituem a maior parte do sistema produtivo, e pensar as bases de uma outra agricultura²³.

No início do PTA, cometeu-se um erro,

“pois o Projeto poderia ter concentrado a busca de soluções para os problemas específicos de sistemas específicos, mas a ambição de enfrentar a problemática nacional da pequena produção levou a buscar soluções mais globais. Implicitamente buscava-se um “pacote tecnológico alternativo”. O vácuo de experiências e propostas “alternativas” levou o PTA a orientar o esforço para busca do que oferecer para depois buscar a quem oferecer. Assim, consciente ou não, o centro da abordagem do PTA era a oferta tecnológica” (WEID,1997: p.11)

Portanto, foi somente durante o desenvolvimento do Projeto de Tecnologias Alternativas — PTA/FASE que foi adotado a proposta de sistematizar soluções já experimentadas pelos próprios agricultores, sensibilizar as organizações do meio rural a fim de provocar o nascimento de uma consciência crítica em relação aos modelos convencionais e também motivá-los para a pesquisa e a divulgação de soluções alternativas capazes de substituir esses padrões. O Projeto diagnosticava os principais problemas dos pequenos produtores de uma determinada região, procurando identificar as soluções viáveis através de pesquisas e experiências feitas pelos próprios agricultores²⁴.

Dessa forma, a experiência desenvolvida dentro do PTA foi um aprendizado importante para a construção das metodologias e formas de ação da AS-PTA, durante o qual se verificou a importância do conhecimento da realidade dos agricultores, tanto do

²³ Conforme a tese defendida por ALMEIDA, J. **A reconstrução social de uma nova agricultura**. Porto Alegre, UFRGS, 1999. 214p.

²⁴ Até 1990 falava-se em tecnologias alternativas e agricultura alternativa e isto marcou a denominação de várias ONG's fundadas no período, tais como: CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares do Rio Grande do Sul; APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas do Espírito Santo; CTA – ZM Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata; CAA – NM – Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas Gerais e a própria AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

ponto de vista dos seus agroecossistemas como de suas condições econômicas, sociais e culturais. Durante essa experiência, a AS-PTA superou a visão dos projetos baseados nas noções dos conhecimentos prévios dos técnicos para centrar-se na combinação de conhecimentos de agricultores e técnicos, mas partindo dos acúmulos dos primeiros. No entanto, a descoberta não fosse nova, pois os agricultores sempre tiveram a última palavra naquilo que fazem ou não fazem nas suas propriedades, mas esta noção não tinha sido levada aos programas de desenvolvimento das ONG's que mantinham a iniciativa no campo dos técnicos.

De acordo com ALMEIDA (1999: p.88), a AS-PTA passou a atuar dentro de três eixos de orientação: o reforço das organizações dos pequenos agricultores, o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e científicos da agroecologia e a participação popular. Entretanto, segundo o autor, a AS-PTA vai perder um pouco sua utopia inicial (construção do socialismo), parecendo aceitar nas suas ações um certo pragmatismo em vista das experiências e das realizações concretas acumuladas. Não parece existir mais a fórmula mágica ou salvadora, aquela que poderia conduzir os pequenos agricultores a romper com o padrão agrícola dominante.

Assim, a AS-PTA preferiu voltar-se para as experiências pontuais, propondo soluções caso a caso. Na visão de ALMEIDA (1999), o modelo agroecológico proposto pela AS-PTA não resulta (ou depende), necessariamente, da propriedade coletiva dos meios de produção; ele exige, em troca, um nível elevado de planificação coletiva para o uso dos recursos do meio natural, através da adesão voluntária das pessoas e após a demonstração das vantagens do novo modelo. Para essa organização, os princípios da agroecologia são a base de inúmeras civilizações camponesas e fundamentais para a implantação de um outro padrão de agricultura, pois são revalorizados os saberes acumulados no passado, para serem desenvolvidos e adaptados às condições atuais.

De acordo com WEID (1997: p.5), *“a AS-PTA passou a operar inicialmente como entidade de apoio técnico, metodológico e conceitual para o conjunto da Rede PTA, mas em 1992 decidiu-se que fossem criados outros projetos de desenvolvimento local”*.

Atualmente, a AS-PTA tem dois programas de desenvolvimento local, sendo um na Paraíba e outro no Paraná. Ademais ela possui também um programa de desenvolvimento de métodos, quatro programas de apoio técnico (Biodiversidade, Agroflorestação, Solos e Recursos hídricos) e um programa de cooperação com Universidades (UFRRJ/CPDA, UFCG e UFPE) e Centros de Pesquisa & Desenvolvimento (EMBRAPA. e CIRAD/FR).

Como foi mostrado, a proposta de atuação da AS-PTA encontra suas origens no antigo Projeto de Tecnologias Alternativas — PTA, que tinha por objetivo a busca de outras soluções menos custosas, mobilizando os recursos disponíveis na propriedade, para que fossem mais seguras, que recuperassem os solos e que fossem de fácil difusão e aceitação pelo agricultor familiar. O conceito de agroecologia, adotado pela AS-PTA, reúne um conjunto de idéias relativas à agricultura ligada ao meio ambiente e que vêm a ser mais sensíveis do ponto de vista social, ou seja, preconizando uma agricultura não centrada unicamente na produção e produtividade, mas também no suporte ecológico para os sistemas de produção agrícola.

A experiência do Projeto Paraíba foi iniciada em 1993 nos municípios de Solânea e Remígio e, a partir de 1996, passou a atuar também, por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Lagoa Seca. A região de atuação da AS-PTA apresenta forte diversidade de ambientes, alta densidade populacional e presença marcante da agricultura familiar. Esta situação é muito comum na região do Agreste e Brejo da Paraíba onde se tem uma intensa pressão sobre a base de recursos naturais chegando até ao desaparecimento de importantes culturas de renda. Assim, a forte diversidade ambiental faz com que estes problemas tenham manifestações e soluções diferenciadas. Além disso, a organização dos agricultores apresenta-se de forma bastante fragmentada e fragilizada, ou seja, a participação tem que ser construída num ambiente onde a promoção da ação coletiva é uma tarefa difícil.

A participação dos agricultores na estratégia de atuação da AS-PTA é vista como

“elemento chave e fator condicionante para a efetivação do processo de desenvolvimento local. Para tanto, a organização dos produtores constitui-se no motor de todo o processo e o principal meio para viabilizar a participação plena e real do conjunto de agricultores, mas apreender o conceito e aplicá-lo corretamente é muito mais complicado do que parece à primeira vista” (WEID, 1997: p.31)²⁵.

Na estratégia da AS-PTA, a base organizacional rural pode não somente fazer pressão sobre os centros de poder, mas também viabilizar o novo padrão de desenvolvimento, de modo que as atuais estruturas de organização sindical terão de alterar, em profundidade, seu papel e seu modo de funcionamento, para responderem às questões colocadas pelo novo modelo em proposição, como, por exemplo, aquelas que dizem respeito aos diagnósticos dos agroecossistemas, à elaboração de planejamentos coletivos de desenvolvimento agroecológico, à participação no processo de geração de conhecimentos técnicos e sua adaptação e difusão entre os agricultores, ou, ainda, à gestão das unidades agroindustriais ou de comercialização.

A fim de estimular o processo voltado para o desenvolvimento e a disseminação dos conhecimentos sobre inovações na área de manejo sustentável dos agroecossistemas, a AS-PTA adota uma estratégia onde a abordagem participativa e o enfoque agroecológico interagem entre si numa relação de complementaridade e retroalimentação. Isso porque a primeira fornece as bases metodológicas para a revalorização dos conhecimentos locais a respeito do uso e do manejo produtivo dos recursos locais, e o segundo se vale desses conhecimentos para adaptá-los e desenvolvê-los a partir de sua articulação com os conceitos e métodos de origem acadêmica. (SILVEIRA, et al.2002: p. 29)

Nesse sentido, os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios foram escolhidos como parceiros prioritários e privilegiados no trabalho, em função de apresentarem uma trajetória de construção mais democrática, de terem um poder de interlocução com a esfera pública relativamente maior, além de terem maior capacidade

²⁵ Destaque do autor

potencial de irradiar o trabalho para outros sindicatos e organizações do próprio poder público (SILVEIRA, 1999: p.113).

5.3 - Origem, estratégias, princípios e área de ação do PATAC

O PATAC é uma organização não-governamental – ONG, criada em 1971 pela Congregação Redentorista, em especial, através das idéias de um homem conhecido como “Irmão Urbano”. Inicialmente, este não trabalhava com as questões ligadas ao mundo rural, mas a sua preocupação central era com as pessoas que não tinham casa para morar na cidade de Campina Grande; desde aquela época, o volume dessas pessoas já crescia de maneira muito rápida — por causa do grande número de migrações de pequenos agricultores expulsos pela seca. Nesse período, o Irmão Urbano desenvolveu uma máquina de fazer tijolos que era baseada na tecnologia de solo-cimento. Essa inovação se popularizou rapidamente, transformando-se numa alternativa barata para a construção de casas em Campina Grande e, posteriormente, em outras regiões do Nordeste e mesmo de outros Países da América Latina.

Ao passar dos anos, o Irmão Urbano e a equipe do PATAC desenvolveram uma reflexão crítica sobre quais eram as verdadeiras raízes dos problemas daquelas pessoas sem teto habitantes da cidade. Problemas esses que estavam diretamente relacionados às dificuldades de sobrevivência dos habitantes do meio rural, principalmente aquelas provocadas pelas constantes secas características da região do semi-árido. Logicamente, essa situação aumentava a fome e a pobreza gerando as migrações. Assim, foi através dessas reflexões que a equipe do PATAC percebeu que as constantes migrações do campo para as cidades ocorriam por causa da falta de alternativas de convivência com o semi-árido.

As primeiras iniciativas foram desenvolvidas na década de 80, na região do Curimataú (município de Barra de Santa Rosa) e na região do Cariri (assentamento Paus Brancos), lugares que se caracterizam como desfavoráveis no tocante aos aspectos da natureza. A primeira idéia foi o uso da cobertura morta e a construção de valetas e de

curvas de nível. O objetivo era armazenar as águas das chuvas nas valetas e evitar os problemas de erosão. A cobertura morta, restolho das plantações, visava também contribuir para a recuperação dos solos. Os resultados dessas experiências foram boas safras de milho e feijão, mas a experiência não foi reproduzida em larga escala pelos produtores. Porque?

De acordo com os relatórios do PATAC, existem várias explicações.

“A construção das valetas em curvas de nível representava um trabalho pesado para os produtores, em sua maioria idosos e já sobrecarregados de trabalho no seu dia a dia. Além do mais, a comunidade não tinha consciência da desertificação; não se dava conta de que a erosão e a degradação ambiental ameaçavam diretamente seu futuro. E, sobretudo, a vegetação utilizada para a cobertura morta era valorizada pelos produtores para a alimentação do rebanho. O pessoal não podia prejudicar a criação — atividade de renda e poupança que permitia atravessar as crises de produção — para valorizar a agricultura. As duas atividades eram complementares no seu sistema de produção” (PATAC, 2000: p.4)

Foi a partir de reflexões sobre essa experiência que o PATAC procurou reestruturar a sua estratégia de ação, visando à construção de alternativas de convivência com a seca na região do semi-árido. Portanto, mesmo com inúmeras dificuldades de comercialização e organização da produção, essas experiências serviram de base para um processo de aprendizagem e consolidação do trabalho do PATAC²⁶.

A primeira experiência que se propagou mais facilmente foi a cisterna redonda feita de placas de cimento. Provavelmente a convivência com os agricultores influenciou sensibilizando a equipe do PATAC. A visão mudou da busca de um projeto ideal (a luta

²⁶ O PATAC se tornou associação em 25 de setembro de 1992, quando seu fundador, Irmão Urbano, atingiu a idade da aposentadoria e que os membros da equipe decidiram assumir a continuação do trabalho. A primeira cisterna construída na comunidade de Caiçara, município de Soledade, no Cariri Paraibano, em 1993.

contra a desertificação) para a vida das famílias e suas reais necessidades, dentre elas destacava-se a falta de água. Esta era — e continua sendo — a necessidade mais imediata sentida pela população da região semi-árida: água de qualidade para: beber; cozinhar; tomar banho; lavar roupa; limpar a casa e aguar a horta, etc. As mulheres eram obrigadas a fazer várias viagens para apanhar água suja num açude às vezes distante e trazê-la num balde na cabeça, ou, nos melhores casos, numa carroça puxada por um animal.

Como vimos, foi na contra-corrente da tradicional política de combate à seca no semi-árido que promovia a construção de grandes açudes e a distribuição de água por carros-pipa, soluções geralmente dispendiosas e assistencialistas, que as experiências desenvolvidas pelo PATAC se propagaram rapidamente, em especial as cisternas de placas, como fruto de um trabalho dos agricultores que buscam a convivência com o semi-árido e lutam contra a falta de água²⁷.

Para se ter uma idéia da importância dessa experiência, o PATAC vem mostrando que:

“Uma família de agricultores com uma cisterna de aproximadamente 16.000 litros, recolhendo a água de chuva que cai nos telhados, a família consegue ter, ao lado de casa, água suficiente para beber e cozinhar durante seis meses. A água é de boa qualidade, pois são dados treinamentos sobre tratamento e gestão da água. As experiências vêm demonstrando que com a cisterna se reduzem as doenças causadas pelos patógenos da água, cuja manifestação mais comum é a diarreia das crianças e, além disso, as mulheres dispõem de tempo para fazer coisas mais produtivas e interessantes” (PATAC, 2003, p.5).

²⁷ A cisterna de placas é uma inovação desenvolvida por um agricultor/pedreiro sergipano do Município de São Simão Dias conhecido como Nel. Baseando-se nos princípios empregados nas cisternas tradicionais, ele modificou o processo de construção ao empregar a tecnologia do ferro/cimento. Assim, ele conseguiu aprimorar o equipamento ao concebê-lo num formato cilindro, tornando-o mais resistente e eliminando as quinas nas paredes verticais, que se constituíam em pontos frágeis por onde se iniciavam as freqüentes rachaduras e infiltrações.

A construção das cisternas de placas leva à dinamização das comunidades pela exigência da organização e da constituição de um Fundo Rotativo Solidário. No caso da experiência desenvolvida pelo PATAC,

“forma-se um grupo de 5 agricultores vizinhos. Após um sorteio da ordem dos beneficiários, a ONG compra o material e os agricultores entram com a mão-de-obra, construindo a primeira cisterna; depois de um certo tempo, cada membro paga 20% do material comprado, o que permite construir a segunda cisterna; e da mesma forma e seqüência as outras são construídas, até a quinta. No final o dinheiro arrecadado permite a formação de um novo fundo. Esse sistema resgata a dignidade e reforça a organização do grupo, além de ter um efeito político mais profundo; pois os agricultores descobrem a sua capacidade de construir seus projetos por conta própria, ganhando autonomia e auto-confiança para outras iniciativas mais ousadas²⁸” (DUQUE & OLIVEIRA, 2003)

A experiência dos Fundos Rotativos Solidários — FRS, realizada pela Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA/PB) passou a ser adotada no Estado para o Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC). Assim, a primeira vantagem é que o sistema permite aos agricultores organizados em associações de obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para as comunidades, sem ter que passar pela burocracia habituais do crédito bancário e assegurando que os recursos devolvidos vão ser utilizados por outras famílias ou comunidades. Por isso, esses tipos de financiamento resgatam a dignidade dos produtores, que não são considerados como “esmoleiros” mas como cidadãos capazes de conduzir o seu próprio destino.

²⁸ Para maiores detalhes ver o estudo desenvolvido por DUQUE & OLIVEIRA , **A experiência da ASA/PB com os fundos rotativos solidários**. Mimeo, 2003.

A última reunião de avaliação do PATAC resgatou a evolução de seus objetivos q gerais. O primeiro era de *“resgatar, experimentar, aperfeiçoar e divulgar todo tipo de tecnologia socialmente apropriada para propiciar a melhor convivência com o semi-árido, criando referências a serem debatidas e adotadas nas redes de parceiros e propostas políticas”*. O segundo e atual diz que o objetivo é de *“fortalecer os processos de experimentação e difusão de inovações técnicas e sociais desenvolvidos pelos agricultores familiares e suas organizações a fim de construir uma proposta de desenvolvimento rural sustentável para o semi-árido paraibano”* (PATAC, 2004: 2).

Esses dois objetivos marcaram a evolução dos fins da ONG. No primeiro o PATAC é considerado o ator principal dos processos e, no segundo, ele apenas contribui para o fortalecimento da agricultura familiar ajudando os agricultores. Como foi mostrado anteriormente, essas diferenças são frutos da origem do PATAC que no início estava voltado para o desenvolvimento de tecnologias visando a convivência com o semi-árido, mas atualmente se vê essencialmente na função de assessoria e apoio. Vejamos um trecho extraído do último relatório que ilustra bem essa evolução.

“Se antes as visitas eram feitas pelos técnicos, que adaptavam e irradiavam a tecnologias (assim foi com as cisternas de placas), hoje são os próprios agricultores que vão fazer as visitas, valorizando sua capacidade de desenvolvimento de tecnologia. O próprio sistema de fundos rotativos e da gestão coletiva dos projetos significa isso, ou seja, inicialmente o PATAC era conhecido pelo aspecto tecnológico, atualmente ele também é reconhecido pelo apoio aos produtores familiares, por suas formas de assessoria e pelo processo educativo, onde as duas dimensões — tecnológica e social — estão articuladas” (PATAC, 2004).

A missão do PATAC vem sendo construída nesses últimos anos, mas atualmente ela é *“de trabalhar para a viabilidade da agricultura familiar no Nordeste brasileiro, especialmente na região do semi-árido paraibano, difundindo tecnologias a partir de uma*

abordagem agroecológica e na perspectiva da construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável” (PATAC, 2003: p.1). Nesse processo de construção, os elementos estão sendo agregados pouco a pouco, como é o caso da abordagem agroecológica e da preocupação com a promoção do desenvolvimento sustentável.

O PATAC vem procurando desenvolver, aprimorar e enriquecer o seu trabalho, buscando consolidar as suas metodologias, os seus princípios e estratégias de ação. O PATAC adotou como prioridade duas temáticas relacionadas que são os recursos hídricos e a criação animal associada ao manejo da biodiversidade por serem, segundo os diagnósticos dos agricultores, as questões mais estratégicas para a promoção da sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido.

Quanto aos princípios, o PATAC adotou o da participação e da organização dos agricultores, em que a estratégia de ação visa à valorização do saber dos agricultores e suas experiências no que diz respeito às atividades mais adaptadas à realidade do semi-árido. Para desenvolver suas atividades, o PATAC parte do pressuposto de que essas experiências, ao serem resgatadas junto aos agricultores, discutidas, confrontadas com o conhecimento técnico e socializadas pelas dinâmicas da organização de seus parceiros, se transformam em referências para outros agricultores.

Do ponto de vista da dimensão, o trabalho do PATAC está atualmente concentrado em 2 municípios, dentro das comunidades de referência, sendo um no município de Soledade (comunidade de Caiçara, Arruda e Lajedo de Timbaúba) e o outro no município de Puxinanã (comunidade do Espinheiro). Os trabalhos são desenvolvidos em três etapas: 1) da pesquisa e experimentação, 2) da construção e 3) consolidação das referências e da socialização em larga escala dos trabalhos aprovados pelos agricultores. Para esta última etapa, o PATAC procura o estabelecimento de parcerias junto às organizações de agricultores, sindicatos e outras ONG's atingindo dessa forma uma centena de municípios. A relação estabelecida nessas parcerias é de uma colaboração mútua de igualdade na qual

todos possam crescer juntos; um bom exemplo são as parcerias estabelecidas dentro da Articulação do Semi-árido – ASA/ PB²⁹.

A intenção do PATAC e demais componentes da Articulação do Semi-árido - ASA/PB é de que a ação organizada dentro das comunidades de referência possa contribuir para a discussão, elaboração e implementação das políticas públicas, pressionando as autoridades do Estado para que adotem as experiências positivas de modo mais generalizado para os demais agricultores familiares. O objetivo é

“Pensar a convivência com o semi-árido segundo padrões que se opõem ao tradicional modelo de clientelismo podendo levar os agricultores familiares a atingir uma maior autonomia cujos frutos serão conhecidos no futuro” (PATAC, 2000, p.4).

Para entender melhor as ações do PATAC, é preciso compreender também quais são os principais desafios da agricultura familiar no semi-árido. Os estudos revelam que as características desse ecossistema não se caracterizam tanto pela falta de chuvas, mas pelas seguintes irregularidades:

“a) no espaço, onde a pluviometria pode variar de um local ao outro numa distância de poucos km; b) no tempo dentro do mesmo ano, onde o volume anual é reduzido em algumas poucas precipitações violentas no decorrer do período chuvoso, chamado de “inverno”; nesses casos, a vegetação começa a se desenvolver, mas o ciclo produtivo não se completa, provocando a chamada “seca verde”; c) no tempo de um ano ao outro, onde há anos ditos “bons” que se sucedem a anos ditos “ruins”, sendo que os anos “bons” correspondem a uma média de 2 ou 3 anos em cada 10 e cada década

²⁹ A Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA/PB) foi criada em 1993, na oportunidade de um Seminário sobre o Semi-Árido Paraibano, promovido pelo CENTRAC, PATAC, CEPFS, PROPAC e DETR/CUT

conhece em média uma seca prolongada de mais de um ano, às vezes de 3 ou 4 anos seguidos; sendo a seca uma sucessão de anos ruins. Ademais, a região se caracteriza pela elevada intensidade da evapotranspiração, bem superior às precipitações, provocando um forte déficit hídrico agravando ainda mais a situação”(DUQUÉ & ARAÚJO 2003: p.2).

Além disso, as autoras ressaltam que outros fatores também podem agravar o quadro

anteriormente descrito. Dentre eles, destacam-se:

“A presença dos solos superficiais, em cima de um subsolo rochoso que aflora freqüentemente em lajedos, não permitindo o enraizamento profundo das plantas que logo sofrem quando a superfície seca; daí porque a vegetação é de porte baixo e as folhas caem desde que se instala o verão; a vegetação que melhor resiste é a de cactáceas. Esses solos sofrem facilmente erosão provocada pela violência das enxurradas, deixando a rocha descoberta. Além disso, o fator mais restritivo diz respeito a uma estrutura fundiária extremamente desigual, em que grandes latifúndios predominam no espaço, com pecuária extensiva, enquanto as pequenas propriedades estão espremidas em áreas insuficientes para a sobrevivência das famílias” (DUQUÉ & ARAÚJO 2003: p.3).

Os técnicos do PATAC consideram que, para ser viável, a agricultura familiar do semi-árido não basta ter terras para produzir uma safra suficiente às necessidades de um ano. É necessário produzir mais para armazenar reservas que possibilitem alimentar a família e o rebanho, caso venham a ocorrer um, ou dois, ou mais anos de seca. Além do mais, a exploração intensiva das parcelas, sem um período de repouso do solo, provoca um processo de desertificação. A fertilidade vai baixando e o sistema de produção, freqüentemente, se torna inviável, mesmo num ano considerado bom de chuva. Apesar dos problemas

enfrentados, a região semi-árida possui potencialidades naturais e culturais que permitem pensar o desenvolvimento sustentável. A partir dessa concepção, a ONG procura atuar desenvolvendo ações que possam assegurar a qualidade de vida e resgatar a dignidade dos agricultores familiares. Para isso as atividades produtivas devem garantir a segurança alimentar e a renda às famílias.

Conforme as necessidades dos agricultores familiares, os técnicos do PATAC priorizam as ações alicerçadas nos princípios da agroecologia que, ao serem colocados em prática pelos agricultores, podem, além de aumentar a capacidade produtiva, recuperar e manter a base de recursos naturais. Tais ações buscam uma relação mais equilibrada entre os homens e a natureza. Assim como a AS-PTA, o PATAC adota também a agroecologia como base técnico-científica de suas atividades que contribuem para a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e da mão-de-obra.

De acordo com o PATAC, para a sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido, é necessário o desenvolvimento de tecnologias sociais e de um financiamento para as atividades — este se dá através dos Fundos Rotativos Solidários. Na concepção do PATAC, as tecnologias sociais são aquelas que, além de serem apropriadas às condições da região, devem ser também absorvidas pelas próprias famílias de agricultores, reforçando as suas lógicas e ajudando-as na construção da cidadania.

5.4 - O métodos de trabalho da AS-PTA e do PATAC

As metodologias empregadas pelas duas ONG's procuram estimular os agricultores a formularem e executarem seus próprios projetos de desenvolvimento. Para tanto, elas utilizam um conjunto de metodologias participativas em diversas etapas de sua intervenção, desde os diagnósticos iniciais das comunidades até as próprias atividades a serem realizadas juntamente entre os técnicos e agricultores.

As ações e intervenções dos técnicos das duas organizações têm por finalidade a melhoria dos sistemas de produção, da renda, da organização e da preservação dos recursos naturais para as futuras gerações; mas é extremamente relevante destacar que os trabalhos desenvolvidos, utilizando as abordagens participativas, têm também o objetivo do fortalecimento dos agricultores familiares e de suas organizações no sentido de impulsionarem ações em prol do seu próprio desenvolvimento.

As duas ONG's partem do princípio de que as soluções agroecológicas são específicas para cada ecossistema e adaptadas segundo as características de cada família de agricultor. Assim, não existem pacotes tecnológicos generalizáveis para amplos conjuntos de agricultores, tal como se dá na visão produtivista dos sistemas agroquímicos convencionais. Essas soluções específicas não podem ser encontradas somente pelos técnicos e difundidas para o conjunto dos produtores, pois este processo seria economicamente inviável, mesmo supondo que fosse possível resolver as questões técnicas sem o produtor. As diferentes experiências (Barragens, plantios de palma, etc) são divulgadas segundo o planejamento da propriedade realizado pelas famílias de agricultores com apoio dos técnicos.

As duas ONG's estudadas consideram a agricultura familiar como sendo aquela realizada, geralmente em pequena escala, utilizando-se da mão-de-obra familiar e sob a direção do chefe da família, com objetivo de prover a necessidade da família, já que a lógica predominante não é a do lucro, mas a reprodução social da família. É o caráter familiar e solidário que assegura a sua reprodução e preserva os valores sociais e culturais.

5.4.1 - Os agricultores experimentadores

Na estratégia metodológica utilizada pelas duas entidades, o produtor é um pesquisador e difusor de seus conhecimentos. A construção das soluções técnicas é um processo coletivo, envolvendo todos os agricultores interessados em determinado tema e os técnicos de apoio. Portanto, é através das trocas de experiências que agricultores e técnicos vão selecionando quais os tipos de propostas a serem testadas, avaliando os resultados,

redesenhando novos testes, comparando situações, etc. O objetivo não é construir uma proposta única para todos, mas construir propostas adaptáveis de forma coletiva e compartilhada. Assim, a proposta agroecológica de cada propriedade e os caminhos da conversão de cada agroecossistema são definidos por cada agricultor individualmente ou por cada família de agricultores, já que, na família, cada um tem seu papel no sistema produtivo.

Para realizar as experiências, organizam-se os grupos de agricultores experimentadores que mantêm com o apoio de técnicos um processo de intercâmbio, gerando reflexões sobre as práticas e seus resultados. Ao passar do tempo, essas práticas vão se consolidando e os agricultores ampliam as áreas das experiências bem sucedidas nas propriedades, na medida e no ritmo em que seus recursos estejam disponíveis. São inovações técnicas e sociais constituídas por: cisternas de placas, barragens subterrâneas, cercas de tela, Bancos de Sementes Comunitários (feijão, inhame, batatinha, amendoim, palma forrageira, dentre outros); Fundos Rotativos Solidários; Banco de Esterco etc, todas desenvolvidas e apoio nas relações solidárias junto com as organizações comunitárias.

Os agricultores experimentadores se articulam em torno de temas e problemáticas nas quais se identificam com o interesse de participar ou acompanhar as experimentações discutidas pelo grupo. Como exemplo de grupos formados no decorrer do trabalho cita-se os Grupos: de Criação Animal; de Cultivos Ecológicos, de Agroflorestação, de Recursos hídricos e de Solos (Terra Forte), de Estudo da Vegetação Nativa. Estes grupos articulam os agricultores experimentadores dentro de um âmbito regionalizado. Esta dinâmica vem sendo estruturada com forte interdependência com os processos de diagnóstico, planejamento, avaliação e capacitação³⁰.

Como os agricultores experimentadores são uma minoria nas comunidades assistidas, as duas ONG's buscam organizar processos de disseminação das experiências junto aos outros agricultores. Essa disseminação funciona, sobretudo, através do convite

³⁰ Veja o estudo de SIDERSKY, P. R. & SILVEIRA, L. M. da. **Experimentar junto com os agricultores: a experiência da AS-PTA na Paraíba**. Esperança, AS-PTA. 2000. (mimeo)

aos agricultores da comunidade para participarem das visitas de intercâmbio das experiências com os agricultores experimentadores. Na maioria dos casos, estes processos ocorrem espontaneamente entre vizinhos; em outros casos, eles são provocados em eventos sensibilizadores. Antes das visitas os técnicos promovem reuniões com as famílias dos agricultores da comunidade interessada, oportunidade em que cada uma delas desenha um mapa de sua propriedade. Após essas visitas de intercâmbio, outras reuniões são promovidas para que elas possam apresentar um outro mapa mostrando aquilo que elas desejam fazer em sua propriedade. Posteriormente, os novos interessados em realizarem as experiências buscam orientação com os técnicos e com agricultores experimentadores mais experientes, formando uma rede de construção coletiva de conhecimento³¹.

As metodologias participativas estão sendo muito utilizadas pelo PATAC e pela AS-PTA, mas também por diversas outras organizações não-governamentais reunidas na ASA-PB, pois existe um certo consenso entre elas de que esta é a alternativa metodológica mais apropriada para promover o desenvolvimento rural. Porém, evidencia-se que a preocupação maior dessas organizações não está apenas no aspecto técnico das abordagens participativas, onde são valorizadas as questões do domínio de conteúdo e dos métodos de desenvolver as ações, mas, sobretudo, nos objetivos pedagógicos e políticos das ações de desenvolvimento que buscam valorizar a autonomia dos agricultores familiares.

5.4.2 – O diagnóstico, o planejamento

Os mecanismos de diagnóstico, planejamento e avaliação das atividades das duas ONG's estudadas são complexos, mas têm por objetivo central introduzir a participação direta das comunidades de agricultores na construção dos seus próprios projetos de desenvolvimento.

O diagnóstico e o planejamento que orientam as ações da equipe de técnicos do PATAC são semelhantes aos da AS-PTA; se baseiam na valorização das experiências que

³¹ Para maiores detalhes ver o estudo de SABOURIN, E. **Organização dos agricultores familiares para a produção e difusão de inovação no Agreste da Paraíba**, Relatório de atividade. Campina Grande: UFPB-CH, CNPq, 1998, 80p.

já estão sendo desenvolvidas pelos agricultores familiares, pois são elas que orientam todo o trabalho, transformando-se em ações a serem realizadas pelos agricultores com o apoio dos técnicos. Portanto, a lógica do trabalho fica invertida, se comparada com as estratégias de ação desenvolvidas pela EMATER-PB, pois nesse caso das ONG's são as próprias dinâmicas experimentadas pelos agricultores que indicam os planos de trabalho dos assessores técnicos. Na realidade, há interação nos dois sentidos.

A qualidade do diálogo e da participação dos agricultores nos processos de diagnóstico tem se constituído num fator decisivo para o sucesso desta ação e de seus desdobramentos. As duas ONG's buscam instalar um processo coletivo de construção onde a leitura da realidade, a análise dos problemas e as potencialidades são produtos coletivos e partilhados entre agricultores e técnicos. Através dos Diagnósticos Rápidos Participativos – DRP's, procura-se compreender a lógica dos agricultores e de suas estratégias de ação constituindo-se em elementos eficazes no envolvimento das organizações nas futuras intervenções decorrentes deles.

Nesse processo existem diversas estratégias que servem para planejar as ações a serem promovidas. Uma maneira é através das reuniões semanais das equipes técnicas, nesta oportunidade são apresentadas e discutidas as ações demandadas, por exemplo, pelos Diagnósticos Rápidos Participativos realizados com os grupos de agricultores, nelas são definidas quais são as atividades, as estratégias e os meios necessários para realizá-los. Existem também várias outras reuniões específicas conforme a programação dos grupos de interesse temáticos, envolvendo técnicos e agricultores (recursos hídricos, cultivos ecológicos, agrobiodiversidade, criação animal, banco de sementes, dentre outros).

Ademais, são realizados anualmente pelas duas ONG's um encontro de uma semana com objetivo de avaliar e planejar os trabalhos desenvolvidos. Nesse encontro estão presentes também alguns representantes de agricultores e outras pessoas parceiras convidadas que vêm ajudando as organizações no seu desenvolvimento. Nessa oportunidade são elaborados relatórios detalhados contendo as questões problemáticas

discutidas e as atividades desenvolvidas durante o período. Esses relatórios são apresentados na assembléia dos Conselhos Diretores das ONG's.

Os métodos de trabalho adotados pelas duas ONG's também contribuem para a criação de boas relações entre os técnicos e os agricultores — os agricultores são os protagonistas tanto nos diagnósticos quanto do planejamento e das ações a serem promovidas. Portanto, alguns instrumentos metodológicos podem estar facilitando a formação de alianças, como no caso da construção coletiva de mapas das comunidades e das propriedades que exigem muito diálogo sobre os desejos e os projetos de desenvolvimento a serem promovidos em cada propriedade. Ademais, o uso de outros instrumentos metodológicos participativos, como no caso do Diagnóstico Rápido Participativo — DRP, dos Agricultores Experimentadores, dos Fundos Rotativos Solidários — FRS e dos Bancos de Sementes Comunitários — BSC, elevam a auto-estima e funcionam como um processo pedagógico de formação que estimula a autonomia das comunidades.

5.4.3 – A avaliação das atividades

É um processo dinâmico em que a avaliação funciona também como um mecanismo de formação e de aprendizagem coletiva, tanto de agricultores quanto de técnicos, pois através dela busca-se discutir as questões problemáticas, permitindo que os atores possam socializar suas experiências dentro do grupo. Nesse processo, os assessores das ONG's junto com as organizações de agricultores desempenham um papel fundamental, apoiando e viabilizando os encontros que tratam dos problemas relacionados ao desenvolvimento local.

Em vários momentos, são discutidas, definidas e avaliadas coletivamente quais são as ações que estão efetivamente integradas às dinâmicas locais, onde os agricultores familiares envolvidos têm a oportunidade de realizarem a avaliação e o controle das atividades desenvolvidas pelas duas organizações. Os exemplos são os encontros em âmbito estadual e nacional de Agroecologia; neles são apresentados os resultados dos

trabalhos pelos próprios agricultores que além de socializar as suas experiências fazem uma avaliação dos trabalhos das ONG's³².

São promovidos também os encontros regionais que debatem os problemas e os projetos das comunidades de agricultores. A realização de eventos periódicos de âmbito local em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Associações de Agricultores tem por objetivo avaliar e definir quais são as atividades prioritárias e as respectivas estratégias de sua implementação. Numa abrangência estadual tem-se apoiado na Articulação do Semi-Árido / ASA-PB que, mesmo sendo apenas uma rede sem personalidade jurídica, desempenha concretamente um papel de avaliação das ações, dos atores e das instituições dela pertencentes, dentre elas a AS-PTA e o PATAC.

Portanto, é localmente e através de um diálogo aberto que agricultores e técnicos procuram o aprimoramento das suas atividades, uma vez que, na estratégia utilizada pela AS-PTA e pelo PATAC, não existe uma separação entre as atividades dos técnicos e dos agricultores, pois elas são integradas e interdependentes. A realização dessas reuniões envolvendo as comunidades de agricultores tem sido fundamental, pois é nesse nível que o processo de diagnóstico, planejamento e avaliação tem se mostrado mais dinâmico, produzindo melhores resultados.

O uso de estratégias metodológicas participativas que facilitam o diálogo vem se mostrando um instrumento eficaz para planejar e avaliar, conjuntamente com as famílias de agricultores, quais são os resultados concretos das ações desenvolvidas, oportunidade em que os agricultores expõem livremente os seus projetos e desejos. A partir do estabelecimento dessa relação de compromisso, tanto os técnicos quanto os agricultores mostram-se mais dispostos em trabalhar de maneira mais integrada e harmônica.

³² A AS-PTA junto com a UFPE está criando um programa chamado *AGROECOLOGIA EM REDE* com o objetivo de dar maior credibilidade às experiências de inovação agroecológica da agricultura familiar e fortalecer as relações entre elas. A idéia é oferecer informações sobre um conjunto de organizações do Nordeste que atuam no campo agroecológico.

O processo de avaliação desenvolvido pelas duas instituições envolve técnicos, gestores e agricultores dentro de um aprendizado mútuo, principalmente no campo das estratégias metodológicas utilizadas na promoção da agricultura familiar. Tem-se buscado realizar a avaliação de acordo com a temática, tentando conciliar a cobrança de dados quantitativos mais precisos, com elementos mais qualitativos e que atendam à demanda como parte de uma dinâmica local de cada comunidade.

A avaliação vem se caracterizando por uma conjugação de diferentes metodologias, de forma a fazer face às demandas dos diferentes atores e dos processos em curso. O objetivo é produzir informações suficientes para alimentar tanto o processo de avaliação quanto o planejamento das ações junto com os agricultores.

5.4.4 – A participação dos agricultores

Promover o desenvolvimento sustentável de maneira participativa não é uma tarefa fácil. A simples presença física dos agricultores não garante a participação e nem o deslocamento do poder de decisão para eles, especialmente, no caso do meio rural brasileiro, sobretudo nas regiões mais distantes e pobres onde, historicamente, tem predominado ações assistencialistas e a troca de favores entre os grupos dominantes e dominados. A igreja, os políticos, os coronéis e os latifundiários criaram ao longo do tempo uma cultura da dependência que vem perpetuando as desigualdades econômicas, sociais e políticas. Os agricultores familiares e suas representações sempre viveram nessa cultura da subalternidade, interagindo com esses mediadores, buscando obter apoio para viabilizar a sua sobrevivência.

Um dos maiores desafios das ONG's estudadas tem sido o de trabalhar com os agricultores procurando alterar estas relações autoritárias e criar outras relações mais democráticas e participativas. Assim, a estratégia desenvolvida tem sido a criação de uma cultura da participação que permite valorizar as experiências e os projetos dos próprios agricultores; nesta perspectiva, não são as técnicas que ocupam o centro das experiências,

mas o agricultor, a fim de fortalecer o seu poder e a sua própria capacidade de promover ações de desenvolvimento.

Entretanto, para se ter uma participação efetiva, faz-se necessário promover a descentralização das decisões para permitir o exercício do poder entre os diferentes atores envolvidos nos processos de desenvolvimento. Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos pelos técnicos das duas ONG's não buscam apenas uma abordagem instrumental da participação, onde se utilizam as técnicas e dinâmicas de grupo para facilitar o diálogo, mas objetiva-se incorporar a participação como princípio e meio para a promoção do desenvolvimento.

A ausência da prática democrática é uma realidade tanto no mundo urbano quanto no rural brasileiro. A dificuldade de promover o desenvolvimento verdadeiramente participativo é uma realidade concreta na região do Semi-Árido, pois não existe uma cultura política que valorize o desenvolvimento participativo. Daí que as estratégias desenvolvidas pelas duas organizações têm por objetivo o fortalecimento das capacidades dos agricultores e de suas organizações em promoverem ações mais autônomas, buscando a valorização dos atores e resgatando a sua auto-estima.

A participação é uma necessidade dos agricultores, embora esta necessidade não garanta o "saber participar". A participação é uma habilidade que se aprende e se aprimora. Por exemplo, nas visitas de intercâmbio, são os produtores que dão as explicações. Nesse sentido, as duas ONG's procuram desenvolver suas ações de maneira participativa, utilizando-se do diálogo e da socialização das informações.

A maior força da participação é o diálogo, que se torna mais verdadeiro quando as pessoas envolvidas, mesmo não sendo idênticas, desejam igualar-se. No caso dessas duas ONG's verificou-se que existe esse desejo de nivelamento entre os técnicos e os agricultores; mesmo conscientes das dificuldades de aproximação desses dois mundos, existe uma disposição de ambos para socializar as experiências e as informações sem maiores cobranças.

5.5 – As dificuldades das experiências

As experiências da AS-PTA e do PATAC na região da Paraíba mostram que a participação dos agricultores é a questão chave para o sucesso dos projetos de desenvolvimento sustentável, mas o desafio maior é adotar a participação enquanto princípio e direito dos agricultores.

As relações entre os técnicos e os agricultores atendidos pelas ONG's não são totalmente tranquilas — mas existem tensões e conflitos que exigem muito diálogo. Uma primeira dificuldade observada foi que alguns dos agricultores experimentadores acabam formando uma certa “elite” que distancia dos outros agricultores. Tal fato ocorre porque, ao adquirirem uma boa capacitação, eles passam a serem chamados como instrutores inclusive fora do município e mesmo do Estado. Isto poderia causar uma certa fratura na comunidade em vez de fortalecê-la, o que seria o objetivo. A solução encaminhada na última reunião de avaliação foi de passar a ter uma atenção especial buscando resolver esse problema. Uma outra dificuldade observada é que alguns deles estão ficando muito dependentes das atividades promovidas pelas ONG's, quando isso ocorre, eles começam a deixarem as suas atividades de agricultores numa escala secundária de prioridade, afetando negativamente o seu desempenho. Isso ocorre principalmente com aqueles agricultores que não têm nenhum outro membro na família que possa substituí-lo em suas ausências.

As experiências também evidenciam que as relações de poder dentro de um processo de desenvolvimento não são estáveis e se alteram em função do jogo de interesses dos atores envolvidos. A imersão dos técnicos das ONG's dentro de uma comunidade normalmente altera essas relações e cria um campo de conflito, como no caso da EMATER-PB, mas dentro da perspectiva de Simmel (1983), o conflito tem uma significação sociológica não apenas para as partes entre si, mas também para a estrutura interna de cada uma. Para Simmel o conflito tem a sua positividade e, por isso, gera mudanças e adaptações internas nas relações entre as pessoas.

Um outro limite observado foi uma deficiência na capacitação dos técnicos das ONG's. Falta uma definição mais consistente de quais as demandas e os programas para a capacitação. As atividades desenvolvidas pelas organizações exigem muito tempo dos técnicos dificultando o processo de reflexão. Embora se reconheça que o próprio trabalho de assessoria é um processo de capacitação em trabalho, faltam condições para os técnicos buscarem um aprofundamento das questões consideradas ainda limitantes, como é o caso das teorias e experiências da agroecologia. Os técnicos das duas organizações reconhecem que, mesmo obtendo muito sucesso no trabalho, é necessário avançar mais no sentido da reflexão de suas próprias ações.

Outra dificuldade dentro dessas experiências das ONG's tem sido a falta de apoio institucional das Universidades. Elas não vêm reconhecendo e valorizando o trabalho de extensão desenvolvido por uma minoria de professores que assessoram os processos de desenvolvimento local. Um exemplo da ausência de apoio manifesta-se através da Gratificação Estímulo a Docência — GED, que não estabelece pontuação para essas atividades, mas que tem priorizado outras atividades de caráter mais acadêmico que, na maioria das vezes, não contribuem na solução dos problemas do desenvolvimento local. É um diálogo difícil com as instituições devido à natureza do trabalho. Os compromissos são mais pessoais que institucionais. Além disso, existem os vícios institucionais que dificultam o diálogo. Um reflexo disso é o caso da Universidade Federal em Areia (Centro de Ciências Agrárias). Embora, situada no meio do Brejo onde trabalha a AS-PTA, dificilmente se consegue uma contribuição mais significativa. Os sindicatos do Pólo deveriam cobrar politicamente uma interação para que a Universidade contribuísse com os processos locais, respondendo a necessidades e bandeiras dos agricultores. Daí o desafio de se avançar na reflexão metodológica para colocar a pesquisa dentro da dinâmica dos agricultores.

A falta de parceria entre as ONG's e as agências oficiais de ATER para a promoção do desenvolvimento rural na Paraíba, tem influenciado na redução da capacidade de socialização das experiências bem sucedidas, pois uma melhor relação entre a empresa de assistência técnica e extensão rural — EMATER-PB e as ONG's estudadas, poderia

facilitar a divulgação tanto das metodologias quanto das próprias experiências desenvolvidas pelos agricultores.

Um dos limites do trabalho das ONG's foi apontado por alguns técnicos do serviço de assistência técnica da EMATER-PB. Para eles, o PATAC e a AS-PTA obtêm melhores resultados porque eles atuam desenvolvendo ações de forma muito localizada em pequenas comunidades e micro-regiões. Além disso, esses técnicos vêem as respectivas ONG's numa posição privilegiada, pois elas não respondem pelas ações dos governos e, por isso tem maior credibilidade junto aos agricultores. Entretanto, essa observação chama a atenção também para que reconheçamos o grande peso para esses técnicos, no sentido de serem responsabilizados pelas ações de governo, que na maioria dos casos, estão em descompasso com os desejos e interesses dos agricultores familiares da Paraíba.

O desafio será constante para as duas ONG's estudadas no sentido de promoverem suas ações visando atingir a autonomia dos agricultores conforme é preconizado em seus objetivos. A atuação dos técnicos junto às comunidades durante muito tempo também pode causar dependência como no caso dos agricultores experimentadores do PATAC em Soledade e da AS-PTA em Lagoa Seca, Solânea e Remígio.

Outro problema também enfrentado pelas ONG's estudadas é a falta de perspectiva de longo prazo para seus técnicos, visto que os contratos de trabalho dependem do apoio dos financiadores aos projetos, mas esta insegurança tem também um aspecto positivo que exige uma busca constante para um melhor desempenho e qualificação, ao contrário de alguns técnicos da EMATER-PB que, por terem a estabilidade de emprego, estão a mais de 20 anos sem melhorar o seu desempenho e sem participar de nenhuma forma consistente de capacitação.

A pesquisa mostrou que a AS-PTA tem se mantida numa certa desconfiança em relação à entrada de novos agentes externos junto às comunidades de agricultores por elas assessoradas, o que pode impedir a criação de outros relacionamentos externos dos agricultores. A precaução se justifica pelo longo tempo de investimentos realizados pela

organização na viabilização das dinâmicas e mobilização das comunidades, visto que a entrada de outros agentes mal preparados, de maneira não planejada, pode desestruturar e prejudicar o andamento dos trabalhos.

Outro limite verificado na pesquisa é a forma como vem sendo implementada a abordagem agroecológica como uma alternativa única para a promoção da agricultura familiar pelo PATAC e, em especial pela AS-PTA. Isto implica que, mesmo reconhecendo a importância da agroecologia como uma corrente teórica importante que se contrapõe ao modelo produtivista da revolução verde, talvez venha ser necessária a adoção de uma postura mais crítica conforme nos recomenda SANTOS, (1989). Devemos lembrar também que a agricultura familiar traz consigo a diversidade e a pluralidade, conforme nos mostra LAMARCHE (1993). Nesse caso, poderá ser importante uma atitude de maior prudência das ONG,s abrindo mais espaços para os questionamentos — internos e externos — do modelo teórico-metodológico centrado na agroecologia.

5.6 - Conclusão: os resultados das experiências

Os agricultores pesquisados reconhecem o trabalho desenvolvido pela AS-PTA e pelo PATAC como sendo de boa qualidade e voltado aos seus interesses. Eles manifestam a sua satisfação em desenvolver as atividades em conjunto com as referidas ONG's, em especial as experiências com os agricultores experimentadores e o apoio às suas dinâmicas locais de organização, que nos ajuda na aquisição de uma maior consciência e capacidade de ação política.

Na pesquisa de campo os agricultores elogiaram a postura dos técnicos no sentido de valorizar os seus saberes tradicionais, os quais procuram aprender também com as experiências desenvolvidas por eles. Desse modo, observou-se que os técnicos das duas ONG's não utilizam a prática de impor o seu saber de forma hierárquica e vertical, pois seria totalmente contraditório com seus princípios e os desejos dos agricultores por eles atendidos. Os trabalhos são desenvolvidos pelos técnicos de forma democrática, respeitando os projetos e as lógicas dos agricultores; com isso se construiu uma relação

recíproca de confiança e de compromisso entre agricultores e técnicos, fazendo com que os resultados das ações sejam reconhecidos, pois atendem aos interesses dos primeiros. Conforme foi mostrado, existe uma enorme diferença entre as formas e os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelas duas ONG's em comparação com os da EMATER-PB.

As duas ONG's estudadas procuram promover o desenvolvimento sustentável, concentrando estrategicamente suas ações em áreas temáticas específicas, tais como: recursos hídricos, produção animal, banco de sementes, cultivos ecológicos, sistemas agroflorestais, dentre outros, objetivando aglutinar os agricultores dentro desses grupos temáticos. Os técnicos demonstram satisfação e envolvimento com a promoção de ações não somente na área técnica, mas, concomitantemente, na área social, reforçando a organização dos agricultores nas associações, nos sindicatos da região do Pólo da Borborema e nos Conselhos de Desenvolvimento Rural.

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que os assessores das ONG's são identificados pelos agricultores como parceiros, fazendo com que se eleve o grau de confiança e de respeito entre eles. As relações estabelecidas são horizontais e o papel do técnico é o de apoiar para que as ações que já estão sendo desenvolvidas pelos agricultores aconteçam de maneira aprimorada e satisfatória. A postura dos técnicos nesse tipo de trabalho de assessoria tem sido no sentido de relativizar a importância do saber científico, buscando uma interação mais estreita com o conhecimento dos agricultores.

O trabalho é desenvolvido valorizando a organização dos agricultores e criando uma maior articulação entre as demais organizações promotoras do desenvolvimento local. Essa estratégia de ação vem contribuindo para a estruturação e consolidação da rede Articulação do Semi-árido da Paraíba / ASA-PB.

Durante o acompanhamento das dinâmicas, verificou-se que a estratégia de trabalho adotada pelas ONG's aqui estudadas tem sido a de promover ações a partir daquilo que já esteja sendo realizado pelos agricultores, valorizando e socializando as experiências bem sucedidas. No caso dos agricultores experimentadores, os técnicos planejam junto com eles

o que será promovido em termos de novas experiências e visitas de intercâmbio procurando sempre envolver novos agricultores. Assim, pelo fato do protagonista da ação ser um agricultor, a socialização das inovações tecnológicas tem sido facilitada, dentro de um processo mais adaptado à realidade da agricultura familiar, inclusive do ponto de vista da linguagem simples usada pelos agricultores no processo de comunicação.

Embora existam dificuldades e limitações do uso desses princípios metodológicos participativos, principalmente numa região como a do semi-árido do Nordeste, onde historicamente um predomínio de uma cultura política da dominação e onde se desenvolveram inúmeras ações que levaram à dependência e à subordinação dos agricultores familiares, os casos aqui estudados, verifica-se que as práticas participativas utilizadas pelas duas ONG's vão no sentido contrário das tradicionais ações desenvolvidas pelas instituições do Estado, que sempre promoveram ações assistencialistas junto aos agricultores familiares.

Promover um desenvolvimento cujos agricultores sejam os sujeitos é uma tarefa muito trabalhosa e complexa, e as experiências do PATAC e da AS-PTA são as testemunhas dessas dificuldades. Apesar disso, as referidas experiências são também provas concretas dessa possibilidade de transformar os atuais serviços de assistência técnica num outro tipo de assessoria que atenda efetivamente aos interesses dos agricultores familiares.

As estratégias de trabalho desenvolvidas pelas duas ONG's baseadas no princípio da participação, exigem mais dedicação e compromisso dos técnicos, inclusive em muitos finais de semana. Assim, há uma maior flexibilidade em termos de cronograma e horário de trabalho, que dificilmente se consegue em instituições públicas de ATER. Observa-se que devido ao fato de essas ONG's poderem adotar estratégias e regimes flexíveis, elas acabam atendendo melhor aos interesses dos agricultores familiares que, normalmente, têm mais disponibilidade de tempo para reuniões de trabalho em fins de semana.

A busca da participação dos agricultores em suas comunidades tem sido um instrumento de formação importante na região do Pólo sindical da Borborema. A

valorização desse exercício de participação nos sindicatos e associações tem mostrado resultados concretos em termos de criação de uma aliança confiável entre os técnicos das ONG's e os agricultores. O exemplo dos agricultores experimentadores mostra que, além de produzir conhecimentos úteis para solucionar os problemas das comunidades, há também uma formação em termos da prática da participação que fortalece os sindicatos e a democracia participativa. A partir daí os agricultores estão se mostrando mais preparados e ousados para interagir, procurando influenciar nas políticas públicas.

Se a participação é um aprendizado, no caso das ações da AS-PTA e do PATAC junto aos agricultores o aprendizado tem sido muito relevante, pois através da promoção dessas ações os agricultores estão construindo o seu próprio futuro, rompendo com a passividade em acreditar que os mediadores ou o Estado solucionarão os seus problemas. Essas duas experiências mostram também que, quando a sociedade civil está atuante, ela pode propor alternativas para o desenvolvimento local, contribuindo para a melhoria das políticas públicas e para o aprimoramento das ações do Estado. Nesse caso, se busca não a substituição do Estado, mas apenas exercer um maior controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Capítulo 6

CONCLUSÕES

Condições para uma assistência técnica a serviço da agricultura familiar

Para a implantação de um outro serviço de assistência técnica para a agricultura familiar, existem algumas condições. Dentre elas podemos citar: a realização dos serviços com a participação dos agricultores e o uso de metodologias participativas, a construção de tecnologias adaptadas à realidade, o apoio à organização, a avaliação como um processo de aprendizagem coletiva.

a) A participação dos agricultores e o uso de metodologias participativas

Na implementação de um outro serviço de assistência técnica e social, faz-se necessária a adoção do princípio de que os destinatários dos subsídios públicos que pagam e recebem esses serviços são os próprios agricultores e suas organizações. Os agricultores familiares têm o direito de ter suas necessidades atendidas, e para isso eles poderão participar, assumindo o compromisso e a responsabilidade de colaborar ativamente com o serviço, de modo a empregar corretamente esses recursos. São recursos de natureza pública e sua gestão tem de ser transparente, devendo envolver todos os parceiros: quem outorga (Estado), quem usa (os agricultores) e quem contribui com suas capacidades operacionais e técnicas (as organizações de profissionais, empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, etc.).

Ao contrário dos modelos tradicionais de assistência técnica e extensão rural, em que os serviços públicos oficiais definem, unilateralmente, seu planejamento, suas metodologias, metas e estratégias de ação, um outro serviço de assistência técnica e social terá por princípio que os agricultores são os protagonistas dos projetos de desenvolvimento; assim, eles participarão diretamente, através de suas representações, de todas as etapas dos serviços de assistência. Por isso, os agricultores precisam ajudar na elaboração dos diagnósticos e, concomitantemente, participar da definição das ações necessárias para definir, junto com os

técnicos, as atividades a serem realizadas dentro de um determinado período; participar da construção das tecnologias a serem utilizadas e da promoção das atividades necessárias; aprovar os relatórios e as metodologias de trabalhos utilizadas e, principalmente, participar do processo de avaliação dos resultados obtidos em cada etapa.

A adoção de metodologias participativas favorece a criação de uma boa relação entre o técnico e o agricultor, em que o técnico reconhece o potencial e o saber dos agricultores familiares para construir seus próprios projetos de desenvolvimento. O papel do técnico é o de ser um facilitador, fazendo com que os agricultores desenvolvam sua capacidade de autonomia para enfrentar a realidade de forma crítica e como sujeitos ativos.

Entre os princípios metodológicos participativos devem ser destacados: o caráter mobilizador das metodologias, a abordagem do meio rural como algo dinâmico e em constante transformação, o enfoque sistêmico, a busca de compreender as lógicas e as estratégias da agricultura familiar.

Portanto, será necessário alterar o perfil da formação dos técnicos nas universidades brasileiras e nas escolas técnicas, pois a agricultura familiar exige profissionais com uma formação mais sistêmica, que saibam exercer a interdisciplinaridade e tenham sólido conhecimento dos modelos de desenvolvimento sustentável, bem como um grande domínio das técnicas dos processos educacionais construtivistas que promovam a participação efetiva dos agricultores.

Terminaremos este item citando José Graziano da Silva (2001:25):

“Na minha opinião, é na participação das populações locais que reside uma das questões fundamentais das políticas públicas hoje no Brasil. Essa questão é geralmente negligenciada nos diagnósticos governamentais (...). É preciso (...) reconhecer que, depois de séculos de regimes autoritários, nem a sociedade, nem os governos federal, estadual e municipal estão acostumados à “prática da consertação”, ou seja, de processos participativos que tenham por objetivo formar consensos – condição

necessária (mas não suficiente) para que as políticas públicas sejam bem sucedidas.”

“É justamente nesse processo de participação que reside, a nosso juízo, a alternativa que nos parece mais interessante do ponto de vista de se ampliar a democratização da gestão pública, ou seja, ações político-institucionais que permitam a renovação do processo decisório, de forma a combinar mecanismos tradicionais da democracia representativa com novas formas de participação direta.” (ibid: 37)

b) A construção social de tecnologias adaptadas à realidade

Outro ponto de ruptura entre os modelos tradicionais de extensão e o outro serviço de assistência técnica e social se refere ao tipo de tecnologia a ser promovida. O modelo tradicional mantém uma relação vertical do técnico com o agricultor, usando os pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, que vêm revelando efeitos devastadores nos aspectos tecnológico, social, econômico e cultural. Um outro modelo de assistência poderá privilegiar o uso de tecnologias adaptadas a cada região, buscando a construção social de alternativas tecnológicas locais apropriadas à realidade dos agricultores familiares. Dessa maneira, os serviços de assistência técnica e social passarão a ser um poderoso instrumento pedagógico de formação que exige uma relação horizontal democrática entre o técnico e o agricultor, facilitando a troca de saberes.

No modelo alicerçado na agroecologia, as tecnologias estarão a serviço dos agricultores e da sociedade, com perspectiva social, econômica e ambiental. É importante ressaltar que só haverá uma agricultura eficiente se for orientada para o desenvolvimento sustentável. Além da sustentabilidade econômica, o meio ambiente precisa ser considerado como um componente chave da sustentabilidade numa visão mais ampla, daí porque a agroecologia produz uma importante matriz de análise e de intervenção nos agroecossistemas.

Nessa concepção da assistência técnica, faz-se necessário que se desenvolvam pesquisas multidisciplinares e que se implantem programas “*de baixo para cima*”, nos quais o agricultor não seja apenas um parceiro na produção de inovações, mas o piloto de um sistema técnico-econômico centrado na lógica da agricultura familiar, que tenha a família como centro das decisões.

e) O apoio à organização

Neste outro serviço de assistência técnica e social a ser promovido, faz-se necessário um forte apoio à organização dos agricultores, principalmente dentro do atual contexto de globalização da economia. Este incentivo é importante para ajudar a reduzir as restrições da economia de escala que tende, normalmente, a excluir os agricultores familiares, que não atingem o volume e a frequência requeridos para participar de forma competitiva nas disputas por políticas públicas e nos mercados de produtos e insumos.

Através da organização, esse outro serviço de assistência buscará produzir, junto com os agricultores, um diagnóstico das oportunidades de mercado dos produtos e, posteriormente, definir as alternativas técnicas e os produtos mais adequados à realidade dos agricultores familiares. Assim, o serviço de assistência poderá ajudar no diagnóstico das informações sobre os mercados dos produtos de origem familiar e planejar suas ações futuras junto com os agricultores, com base na demanda desses produtos pela sociedade.

As informações sobre os mercados não estão prontamente disponíveis nos escritórios dos serviços de assistência. Elas se encontram em cada local, sendo descobertas através da articulação entre os agentes locais. Por isso, exigirá uma interação cultural dos diversos atores do mercado com os agricultores e os técnicos, que normalmente tendem a concentrar sua atenção nos problemas exclusivos da produção.

Para isso se faz necessário introduzir outras áreas de formação nos serviços de assistência técnica e social. Além dos profissionais das ciências agrárias, precisa-se de: engenheiros, advogados, cientistas sociais, contadores, administradores, economistas, entre